

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i> <i>Paulo Alberto da Silva Sales</i> <i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i> <i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i> <i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i> <i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i> <i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)

Augusto Fagundes da Silva dos Santos

Doutorando em História-UFBA

Professor de História Econômica-UEFS

E-mail: augustofagundes@uefs.br

RESUMO: Instigado pela atual conjuntura de crise política e econômica no Brasil que agudizou-se desde o golpe político de 2016, e entendendo que a história consiste em um relevante instrumento para a compreensão do tempo presente, resolvemos escrever este artigo para tratar do processo histórico de concentração de riqueza em Salvador desde o período colonial. A escolha do recorte espacial desta pesquisa se justifica, por Salvador ter se constituído economicamente em uma das cidades mais importantes do Brasil colonial e imperial, e se tratar atualmente de uma das principais metrópoles do Brasil, com quase três milhões de habitantes, além de possuir indicadores socioeconômicos negativos, a exemplo da alta taxa de desemprego e da exorbitante concentração de renda e desigualdade social. Para atingir tal objetivo, utilizamos como fonte todos os inventários *post-mortem* encontrados sobre Salvador no Arquivo Público do Estado da Bahia entre os anos de 1777 e 1808, e constatamos que a concentração de riqueza em Salvador não é um problema recente e muito menos atual,

mas pelo contrário, é um problema histórico existente desde o período colonial.

PALAVRAS-CHAVE: História Econômica. Concentração de riqueza. Salvador-Bahia.

ABSTRACT: Instigated by the current conjuncture of political and economic crisis in Brazil that has intensified since the political coup of 2016, and understanding that history is a relevant instrument for understanding the present time, we have decided to write this article to deal with the historical process of concentration of wealth in Salvador since the colonial period. The choice of the spatial cut of this research is justified, since Salvador has been economically constituted in one of the most important cities of colonial and imperial Brazil, and is currently one of the main metropolis of Brazil, with almost three million inhabitants, besides possessing negative socioeconomic indicators, such as the high rate of unemployment and the exorbitant concentration of income and social inequality. To achieve this goal, we used as a source all the postmortem inventories found on Salvador in the Public Archive of the State of Bahia between the years 1777 and 1808, and we find that the concentration of wealth in Salvador is not a recent problem, much less current, but on the contrary, it is a historical problem existing since the colonial period.

KEYWORDS: Economic history. Concentration

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura de grande instabilidade econômica no Brasil, com cerca de treze milhões de desempregados (considerando apenas a população econômica ativa), perda do poder aquisitivo da população e forte tendência para a queda dos indicadores socioeconômicos, com o simultâneo e paradoxal enriquecimento dos bancos que, ano a ano, batem recorde de lucratividade, entendemos ser pertinente um trabalho que discuta através de dados empíricos as raízes históricas da concentração de riqueza e a desigualdade social. Destarte, o objetivo principal deste trabalho é analisar a alta concentração de riqueza em Salvador no final do período colonial, mais precisamente entre os anos de 1777 e 1808.

Através do método quantitativo e serial, utilizando como fonte todos os inventários *post-mortem* sobre Salvador encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia no período supracitado¹, foi possível demonstrar através dos montemores² dos inventariados que uma pequena parcela dos indivíduos detinha a grande maioria da riqueza. Ao todo, foram compulsados duzentos e oitenta e três inventários que somados atingiram a cifra de 2.886:675\$559 réis, desse montante 72,1% ou 2.080:709\$649 réis pertenceram a apenas vinte e oito indivíduos, ou seja, 10% do total de inventariados. Não obstante, a opção metodológica de destacar o grupo dos 10% mais ricos da capital baiana no final do período colonial pode passar a falsa impressão de homogeneidade desta elite econômica. Trata-se, na verdade, de um grupo bastante diverso, com variados níveis de riqueza. Para que se obtenha uma visão mais aprofundada desse(s) grupo(s) é necessário analisá-lo endogenamente. Em outras palavras, a ultra-concentração de riqueza na Bahia entre fins do século XVIII e início do século XIX revela-se ainda mais intensa quando observada de forma mais aprofundada.

COMPREENDENDO A SUPERCONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR

A heterogeneidade socioeconômica dos 10% mais afortunados revela-se nos números. Entre eles é possível encontrar indivíduos com montemor na faixa dos 19 ou 20 contos de réis até indivíduos que detinham fortuna que ultrapassava os 300 contos de réis. Tamanha era tal discrepância que um indivíduo que possuísse na soma total de seus bens riqueza superior aos 19 contos de réis já estaria incluso entre os 10% mais ricos da capital baiana no período.

A tabela a seguir ilustra esses e outros elementos da ultra-concentração:

1 Parte da documentação aqui utilizada foi gentilmente cedida pela Prof^a. Dr^a. Maria José Rapassi Mascarenhas, pelo que sou imensamente grato.

2 Soma total de bens de um inventário.

Nº	Montemor (em contos de réis)
1	304:165\$494
2	234:980\$615
3	200:972\$631
4	193:975\$112
5	147:520\$731
6	105:481\$111
7	97:291\$696
8	77:120\$145
9	70:924\$334
10	56:160\$989
11	53:665\$430
12	48:452\$185
13	46:886\$825
14	44:347\$373
15	38:279\$542
16	37:705\$327
17	34:999\$027
18	34:077\$490
19	32:553\$145
20	30:207\$144
21	29:505\$570
22	26:676\$301
23	26:019\$902
24	24:566\$161
25	23:960\$177
26	20:366\$042
27	20:275\$340
28	19:573\$810

Monte-mores dos inventários mais afortunados de Salvador (1777-1808)

Fonte: Inventários post-mortem de 1777 a 1808. Seção judiciária, Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB, Salvador-Bahia.

Através da tabela é possível observar que apenas seis indivíduos possuíam montemores que ultrapassavam os cem contos de réis. Na faixa dos 90 contos encontramos apenas um indivíduo. Na faixa dos 80 contos, não houve inventariados, o mesmo aconteceu na faixa dos 60 contos. A faixa entre ambos, a dos 70 contos, contou com apenas dois inventariados. Na faixa dos 50 contos, constata-se a presença, também, de apenas dois indivíduos. Na faixa imediatamente inferior, três indivíduos foram encontrados.

Da faixa dos 30 contos de réis para baixo, percebe-se um crescimento na

quantidade de inventários que pertenceram a seis inventariados. Apesar de se tratar de um número ainda baixo, representam o dobro de indivíduos da faixa de fortuna imediatamente superior.

A faixa mais baixa de riqueza dentre os 10% mais abonados economicamente da Salvador colonial, ou seja, aqueles representados por montemores em torno dos 20 contos de réis foi a faixa que mais possuiu inventariados, oito no total.

Os dados apresentados evidenciam que quanto maior fosse o montemor, menor era o número de indivíduos, corroborando a teoria inicialmente apresentada, da alta desigualdade de riqueza na sociedade baiana colonial, inclusive entre os mais ricos. Se considerarmos apenas os seis indivíduos mais abonados, ou seja, apenas aqueles cuja riqueza ultrapassavam os 100 contos de réis, teremos uma visão mais aproximada do real, no que tange à concentração de riqueza e à desigualdade econômica na Salvador do final do período colonial.

Os seis maiores inventários de Salvador no período atingiram a exorbitante cifra de 1.187:095\$694 réis, montante correspondente a 57% da riqueza dos 10% mais afortunados e de 41,1% da soma total de bens de todos os inventariados. Isso significa que seis famílias, ou 2,1% dos inventariados, controlavam mais da metade da riqueza dos 10% mais ricos, demonstrando a concentração dentro da própria concentração. Controlavam, ainda, mais de 40% da riqueza total dos soteropolitanos inventariados.

Maria José Rapassi Mascarenhas, em sua tese de doutorado intitulada “Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador”, também diagnosticou esta grande concentração de riqueza na Salvador de fins do século XVIII e início do século XIX, mas a autora ultrapassou esse aspecto, demonstrando que os indivíduos de grossos cabedais utilizavam como estratégia de manutenção e acumulação de riqueza a diversificação de suas atividades.

[...] uma sociedade profundamente estratificada socioeconomicamente, com uma grande concentração de riqueza, ou seja, um reduzido grupo detinha a maior parcela da riqueza baiana, concentrando também atividades econômicas e financeiras. Isto confirma que as maiores fortunas não se caracterizavam somente pela quantidade e valor dos bens, mas também pela diversificação de atividades do indivíduo. Assim, para manter e acumular riquezas, era necessária a multiplicidade de atividades, pois, quando uma delas declinasse, as outras cobririam a diminuição de rendimentos. Esta diversificação dava estabilidade à riqueza. (MASCARENHAS, 1998, p. 250).

Segundo Mascarenhas, no segundo grupo mais rico havia também, assim como no primeiro, uma significativa diversificação das atividades dos inventariados, mas esta tendia a reduzir à medida que diminuía os níveis de riqueza dos indivíduos. “A diversificação das atividades assemelhava-se ao primeiro grupo, enquanto nesse todos os indivíduos tinham quatro ou mais atividades, no segundo, elas variavam de duas a quatro por indivíduo.” (MASCARENHAS, 1998, p. 247).

A diversificação das atividades era umas das características principais das sociedades de Antigo Regime, independente do grupo social. José Jobson de

Andrade Arruda considera que a não especialização e a atuação em várias atividades simultaneamente como uma das principais características do capital mercantil, ou seja, o oposto das sociedades contemporâneas, cujas especialização e a divisão social do trabalho são partes integrantes e necessárias para o fortalecimento do sistema capitalista. (ARRUDA, 1996, p. 220).

Mas, a final, quem eram esses indivíduos? O que faziam? Onde viviam? Como enriqueceram tanto? Antes de voltar novamente às fontes para responder a estas questões, é importante demonstrar que vários historiadores buscaram hierarquizar a sociedade soteropolitana colonial e apresentar o perfil dessa elite socioeconômica soteropolitana. Apresentaremos alguns.

Luís dos Santos Vilhena, em trabalho de época datado do início do século XIX, considerou que havia, em Salvador, um “corpo de magistratura e finanças; corporação eclesiástica, corporação militar, corpo de comerciantes; povo nobre, mecânico e escravos” (VILHENA, 1969, p. 55-56).

István Jancsó, tendo Vilhena como referência, observou que o autor colonial acaba por relativizar a sua própria estrutura simplificada de sociedade colonial. Segundo Jancsó, dentro de uma categoria havia vários segmentos. Sobre o corpo civil, por exemplo, o autor afirma:

Num primeiro grupo, situam-se os altos funcionários da Administração Civil: Governador, Chanceler, Ouvidor Geral do Crime, Ouvidor Geral do Cível, Agravistas, Tesoureiro Geral... Num segundo grupo situavam-se Juiz da Coroa da Fazenda, Guarda-mor e Distribuidor do Tribunal da Relação, Escrivão dos Agravos e Apelações, Tabelião Geral do Cível... Num terceiro grupo situam-se os funcionários da administração real subalternos. (JANCSÓ, 1996, p. 77).

Acerca do corpo de comerciantes Jancsó apresenta que:

[...] temos, num primeiro grupo, os grandes comerciantes, aqueles que comerciavam com seus próprios cabedais, ainda aqueles que comerciavam somente com seu nome e com cabedais pertencentes a terceiros...por não possuir capital suficiente para serem incluídos entre os grandes comerciantes (JANCSÓ, 1996, p. 77-78).

Já sobre a nobreza da terra explanou que uma de suas principais características era “viver nobremente à suas próprias expensas e não exercer nenhum ofício infamante”. (JANCSÓ, 1996, p. 85).

Em relação à corporação militar e ao corpo eclesiástico, Jancsó compreende que estes grupos “apresentavam variações consideráveis de condição econômica e prestígio de foro especial de justiça.” (JANCSÓ, 1996, p. 79-80).

E na base desta sociedade situavam-se os escravizados que representavam “cerca de 30% da população da Capitania e 18% da população urbana de Salvador.” (JANCSÓ, 1996, p. 86).

Outro autor que procurou compreender a estrutura social da Bahia colonial foi Russell-Wood. Para ele a referida sociedade possuía uma forma piramidal.

No vértice estava um pequeno grupo composto pela nobreza de sangue, muitos dos quais descendiam dos primeiros colonizadores., formando uma parte da aristocracia rural de proprietários de fazendas. Abaixo desses estavam os altos funcionários da Coroa, os dignatários eclesiásticos e os principais cidadãos da Bahia, que gozavam de certos privilégios financeiros ou jurídicos. Os artesãos importantes e os membros das corporações de ofícios formavam a camada seguinte da sociedade. Em seguida vinham os brancos pobres e as pessoas de ascendência mista e na base da pirâmide estava uma grande quantidade de escravos. (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 279).

Entendemos que os dois mais pertinentes estudos que sob o prisma econômico procuraram montar hierarquicamente a sociedade soteropolitana colonial e do século XIX foram respectivamente os trabalhos Maria José Rapassi Mascarenhas e o de Kátia de Queiróz Mattoso. Sem negligenciar aspectos importantes como o prestígio social e o poder, ambas as autoras conseguiram hierarquizar os grupos sociais de Salvador entre finais do século XVIII e início do século XIX a partir de critérios econômicos.

Kátia Mattoso dividiu a referida sociedade em quatro grupos. O primeiro compreendendo todos aqueles cujos rendimentos líquidos ultrapassavam a barreira de um conto de réis, o segundo grupo era composto por aqueles que auferiram rendimentos anuais entre 500\$000 réis e 1 contos de réis. O terceiro grupo era formado por aqueles cuja renda anual não atingia 500 mil réis, e o quarto e o último grupo era formado por escravizados, mendigos e vagabundos.

Sobre a elite econômica soteropolitana a autora afirma que era composta por:

[...]altos funcionários graduados da administração real (governador geral, chanceler e desembargadores do Tribunal da Relação, ouvidor geral do crime, ouvidor geral do cível, tesoureiro geral da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda, juízes de alçada, deputado da Real Junta de Arrecadação da Real Fazenda, secretário de Estado e Governo, intendente geral do ouro, intendente da Marinha e provedor da Alfândega), oficiais das patentes mais elevadas (Coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores), o alto clero secular (arcebispo e membros do alto clero), os grandes negociantes e, por fim, os grandes proprietários de terras, senhores de engenho ou pecuaristas. Era a chamada “elite” da sociedade baiana, gente havida de honrarias, orgulhosa da “nobreza” de sua origens, sempre demandando títulos (MATTOSO, 1992, p. 596-597)

Como dito anteriormente, Maria José Rapassi Mascarenhas também hierarquizou a sociedade soteropolitana colonial a partir de critérios econômicos. A autora dividiu os grupos sociais a partir dos seus níveis de riqueza, categorizando a sociedade examinada em dez grupos, apresentaremos alguns.

No primeiro grupo, localizavam-se os indivíduos cuja soma total de bens situava-se entre 100 e 300 contos de réis. Tratava-se de grandes senhores de engenho, negociantes atuando no comércio transoceânico de mercadorias e no tráfico transatlântico de escravizados: atuavam, também, a retalho, com suas lojas abertas e armazéns, eram, ainda, criadores de gado, prestamistas e possuíam altos cargos na burocracia do Estado, além de títulos militares.

No segundo grupo, situavam-se os indivíduos com montemor na faixa dos 50 aos 90 contos de réis. Foram encontrados pela autora, assim como no primeiro grupo, senhores de engenho, fazendeiros de gado e negociantes atuando no comércio ultramarino. As distinções entre este e o primeiro grupo ficaram por conta da presença de manufaturas de cera e cerâmica, alambiques e de um rentismo³ mais explícito.

No terceiro grupo, as fortunas variavam entre 30 e 40 contos de réis. Encontram-se nesta categoria: senhores de engenho, comerciantes a retalho, fazendeiros de cana, e o beneficiamento do couro e do algodão. Não são mais encontrados, neste grupo, os fazendeiros de gado.

Os senhores de engenho foram registrados por Mascarenhas até a faixa dos 13 contos de réis. Deste montante para baixo eram escassas as propriedades rurais propícias à atividade açucareira. Os senhores de terra, por sua vez, por se tratar de uma categoria mais ampla do que a dos senhores de engenho, são encontrados até a faixa de riqueza dos 2 contos de réis.

Entre os 2 contos de réis até os 700 mil réis de montemor a autora não localizou mais o termo “senhor de terra” ou algo semelhante, aparecendo apenas a categoria donos de roças. Segundo a historiadora a maioria destas propriedades era considerada foreira⁴.

Por fim, destacamos o último grupo, composto por riqueza abaixo de um conto de réis. Mascarenhas, (1998, p. 249), aponta que era formado, em sua maioria, por artesãos ou oficiais mecânicos. Embora estes indivíduos fossem encontrados em faixas superiores de riqueza, a sua concentração na última faixa se deu, em geral, pela ausência de propriedades valiosas, a exemplo dos bens de raiz. Estes indivíduos, via de regra, concentravam suas posses de maior valor em artigos de ouro e prata.

A elite econômica soteropolitana, conforme a definição de Mascarenhas,

Entende-se a elite como o topo da hierarquia socioeconômica da Bahia constituída pelo primeiro e parte do segundo grupo. Isto é, formada por um conjunto de indivíduos que exerciam simultaneamente várias atividades econômicas e financeiras, destacando pela sua incomparável riqueza, mas também pela diversidade de interesses, visando por um lado o lucro e por outro o *status*, prestígio, distinção social e honra. Além disso caracterizava-se também pelo estilo de vida, possuir escravos, cavalos ajaezados e ostentação pública. (MASCARENHAS, 1998, p. 250).

Compreende aqueles indivíduos que pertenciam às duas primeiras faixas de riqueza, ou seja, sujeitos que possuíam riqueza a partir dos 50 contos de réis.

OS MAIS AFORTUNADOS DA BAHIA NO FINAL DO PERÍODO COLONIAL

Em páginas anteriores, apresentamos a soma total de bens dos 10% mais ricos

3 Aluguéis de bens de raiz tais como: terras, casas comerciais e casas de morada. E também aluguel de escravizados de ganho.

4 Propriedade que pertence a outrem, nestes casos o indivíduo detinha apenas a posse, mas não a propriedade, sendo obrigado a pagar um valor periódico pela utilização da mesma.

de Salvador no final do período colonial. Demonstramos, também, que tal critério poderia passar uma falsa impressão de homogeneidade destes soteropolitanos abonados. Por isso, resolvemos estabelecer um novo critério que pudesse exprimir com maior acuidade a realidade da concentração de riqueza e da desigualdade socioeconômica na Bahia colonial. Para tanto, estabelecemos como critério montar o perfil econômico-social de um seletivo grupo de seis indivíduos que ultrapassaram a faixa de riqueza acima dos 100 contos de réis. Como vimos anteriormente estes indivíduos concentraram 57% da riqueza dos 10% mais afortunados e 41,1% da soma total de bens de todos os inventariados encontrados em nossa amostragem.

Por compreender que uma significativa parcela da sociedade escravista colonial não possuía bens suficientes que justificassem a abertura de processos de inventário, entendemos que esta fonte, por si só, já se constitui enquanto um instrumento elitista, o que, de alguma forma, ressalta ainda mais o poder econômico deste reduzido e privilegiado grupo em relação ao todo social.

Nº	Nomes dos inventariados	Montemor (em contos de réis)
1	Custódio Ferreira Dias	304:165\$494
2	Vital Prudêncio Alves Monteiro	234:980\$615
3	José Pires de Carvalho e Albuquerque	200:972\$631
4	Manoel Pereira de Andrade	193:975\$112
5	Luis Carlos da Silva de Pina e Melo	147:520\$731
6	Antonio Dias de Castro Mascarenhas	105:481\$111

Os homens mais ricos da Bahia (1777-1808)

Fonte: Inventário de Custódio Dias Ferreira, 1801; Inventário de Vital Prudêncio Alves Monteiro, 1808; Inventário de José Pires de Carvalho e Albuquerque, 1808; Inventário de Manoel Pereira de Andrade, 1795; Inventário de Luis Carlos da Silva de Pina e Melo, 1789; Inventário de Antonio Dias Castro Mascarenhas, 1804. Inventários post-mortem de 1777 a 1808. Seção judiciária, Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB, Salvador-Bahia.

Como se pode constatar através do quadro acima, Custódio Ferreira Dias foi o indivíduo mais rico no período analisado, com fortuna avaliada em mais de 300 contos de réis. Foi senhor de quatro engenhos, um grande senhor de terras, fazendeiro de gado, proeminente senhor de escravizados e dentre os inventariados, foi aquele com maior número, trezentos e dezesseis no total. Foi um poderoso homem de negócios, atuando no comércio transatlântico de mercadorias e no tráfico transoceânico de escravizados. Possuía dois armazéns e um trapiche junto ao mar para facilitar os carregamentos para o comércio de exportação. Foi um expressivo credor, possuía a segunda maior dívida ativa no período. Seus créditos a receber importavam em 125 contos de réis, equivalendo a 40% do seu montemor.

Seu poder econômico revela-se, também, no cargo de Moedeiro da Casa da

Moeda. A função de Moedeiro, além de trazer muito prestígio, agregava poder e influência junto à burocracia do Estado português. O Alvará de 22 de Maio de 1733 ordena que apenas o Juízo da Conservatória dos Moedeiros poderia conhecer das causas de seus membros, sendo nulas as sentenças proferidas em outros juízos.⁵

Por fim, destacamos a sua casa de morada, ao que tudo indica entre as mais luxuosas de Salvador, foi a segunda casa urbana mais valiosa no período avaliada em exorbitantes 18 contos de réis, ficando atrás em valor apenas a casa de Antonio Dias de Castro Mascarenhas.⁶

Vital Prudêncio Alves Monteiro, o segundo maior afortunado entre os inventariados, com montemor avaliado em mais de 234 contos de réis possuía grandes embarcações que navegavam para Portugal e África, traficando escravizados e comercializando mercadorias. Atuava, também, no comércio “a retalho”, pois possuía loja de tecidos. Foi também um forte rentista, fica constatado isso, pelas várias casas de aluguel. Apesar de ser o segundo mais afortunado, foi o maior credor do período. Cerca de 80% de sua riqueza no momento de fechamento do processo de inventário era constituída por dívidas ativas. No que tange a títulos e cargos prestigiosos, Monteiro foi Mestre do 1º Regimento de Milícias da cidade da Bahia.

O terceiro homem mais rico de Salvador entre 1777 e 1808, com fortuna superior aos 200 contos de réis, foi José Pires de Carvalho e Albuquerque. Descendente de uma das famílias mais tradicionais da Bahia colonial, este indivíduo, dentre os homens mais ricos de Salvador apresentados nesta amostragem, foi aquele com maior inserção nos locais de prestígio, distinção social e poder. Foi Secretário de Estado, Vereador do Senado da Câmara de Salvador, Irmão de maior condição da Santa Casa de Misericórdia, ocupando o cargo máximo da instituição, o de Provedor em dois mandatos, 1778 e 1789 e possuía o título de Capitão-mor. Quanto a seus bens: Foi proprietário de três engenhos de açúcar, duas fazendas de cana, três fazendas de gado, foi também um relevante credor, possuía dívidas ativas que giravam em torno dos 26 contos de réis. Foi ainda grande proprietário de escravizados, o segundo, dentre todos os inventariados, com trezentos e dez almas.⁷

Manoel Pereira de Andrade, detentor da quarta maior riqueza, com montemor avaliado em aproximadamente 193 contos de réis, foi o quarto maior credor com dívida ativa representando 21% de seu patrimônio. Atuava no comércio transatlântico de mercadorias, era proprietário de três embarcações, possuía ainda um armazém e

5 Este foro privilegiado aos moedeiros já estava atendido no reino desde as Ordenações Filipinas e estendido para os territórios ultramarinos no século XVIII. Para os escrivães do Juízo da Índia e Mina a partir do Alvará de 23 de abril de 1723 e para a Conservatória dos Moedeiros na América Portuguesa por Alvará de 22 de maio de 1733.

6 Em trabalho anterior encontramos uma média de cerca de 500\$000 réis para as casas urbanas em Salvador no século XVIII. Cf. SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *História Financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII*. Salvador: Quarteto, 2015.

7 Para conhecer com maior profundidade a trajetória de José Pires de Carvalho e Albuquerque. Cf. BORGES, Eduardo José Santos. *Viver sob as leis da nobreza: A casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII*. (Tese de Doutorado), FFCH/UFBA- Salvador, 2015.

um trapiche com equipamentos para beneficiar o algodão. Além disso, foi arrematador do contrato do açúcar e do tabaco, senhor de dois engenhos de açúcar, de uma fazenda de gado no Recôncavo e de um alambique.

Luis Carlos da Silva de Pina e Melo não fugiu muito à regra dos demais, seus mais de 147 contos de réis de fortuna foram investidos de forma bem diversificada. O Sargento-mor do Segundo Regimento de Infantaria possuía três engenhos de açúcar, senhor de cinco propriedades rurais, senhor de cento e quinze almas escravizadas, criador de gado vacum (nos autos do inventário registrou-se a presença de seiscentos e setenta e cinco reses), e ainda atuava no mercado de crédito privado. Possuía haveres no valor de oito contos e duzentos mil réis, equivalendo a 5,5% do seu montemor.

Por fim, apresentamos algumas notas da trajetória do sexto homem mais rico da Salvador do final do período colonial, trata-se de Antonio Dias de Castro Mascarenhas com riqueza na faixa dos 105 contos de réis. Este indivíduo atuou simultaneamente no setor agrário, pois era senhor de engenho e no setor urbano-mercantil, atuando no comércio a retalho e no mercado privado de crédito da capital baiana. Quase 38 contos de réis, cerca de 35% de sua riqueza estava nas mãos de terceiros na forma de vendas fiadas e de dinheiro emprestado a juros.

O que é mais curioso na trajetória deste indivíduo é que apesar de possuir a sexta maior riqueza dentre os inventariados, foi proprietário da casa urbana mais valiosa encontrada no período. Diferentemente dos demais inventariados, que atuavam no mercado imobiliário, possuindo três ou mais casas para aluguéis, Mascarenhas possuía uma única casa urbana avaliada na exorbitante cifra de 24:400\$000 réis, o que representava mais de 20% da sua riqueza total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim e ao cabo, o que se pode apreender desta breve análise do perfil socioeconômico dos indivíduos mais abonados da Salvador colonial é que eles possuíam uma atuação bastante diversificada. Corroborando com as ideias supracitadas de Rapassi Mascarenhas, entendemos que as estratégias de acumulação e manutenção da riqueza perpassavam pela diversificação das atividades econômicas.

Algo também notório são as estratégias de ascensão social. Encontram-se indivíduos que, mesmo tendo formado toda a sua riqueza baseada no capital urbano-mercantil, vão buscando ascender verticalmente na sociedade através de cargos, funções, títulos ou posses nobiliárquicas.

Mas, qual seria as causas históricas de tamanha concentração de riqueza no Brasil? Para João Luis Ribeiro Fragoso, o padrão de desigualdade no Brasil depende muito pouco das variações políticas ou de questões como o nível de industrialização ou do crescimento econômico. Analisando o Brasil contemporâneo a partir da década de 1960, o autor constata que

A persistência do padrão de desigualdade de renda no Brasil e os índices de concentração de riqueza ampliaram-se nos últimos quarenta anos, independentemente da conjuntura econômica. Tal fenômeno ocorreu em meio à ampliação da industrialização e as sucessivas mutações políticas (do “populismo” ao retorno da democracia). Aliás, a democracia não conseguiu solucionar a desigualdade de renda; foi na década de 1980 que a pobreza e a concentração de renda adquiriram os maiores índices. Eis aqui o que transforma a elite brasileira em uma das mais ricas frações sociais de todo o mundo- a enorme capacidade de tornar seu padrão de acumulação e de distribuição de riqueza imune aos humores conjunturais...tal elite vive em uma sociedade que possui mecanismos para preservar a concentração de renda. (FRAGOSO, 2002, p. 10)

Seríamos audaciosos demais se tentássemos encerrar uma gama tão complexa de questões nos limites deste trabalho. O objetivo foi apenas demonstrar uma das várias utilidades da história econômica para a compreensão do Brasil contemporâneo. Os estudos sobre as faixas de fortuna, por exemplo, permite constatar as raízes históricas da concentração de riqueza no Brasil. Não obstante, uma afirmativa é possível, a de que o Brasil mesmo passando por diversas transformações nas suas relações sociais, nas formas de acumulação do capital e no perfil das elites ao longo do seu processo histórico, jamais conseguiu diminuir significativamente o abismo entre os mais ricos e os mais pobres.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Exploração colonial e capital mercantil*. In: História Econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec- FAPESP, 1996.

BORGES, Eduardo José Santos. *Viver sob as leis da nobreza: A casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII*. (Tese de Doutorado), FFCH/UFBA- Salvador, 2015.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

_____. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FLORY, Rae Jean Dell. *Bahia Society in the Mid. Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchantes, and Artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese PhD. University of Texas, 1978.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Para que serve história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p. 3- 28.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo/ Salvador: HUCITEC: EDUFBA, 1996.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado).

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 1992.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *História Financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII*. Salvador: Quarteto, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia do século XVIII*. Salvador: Ed. Itapuã, 1969, 3 vols.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0



9 788572 475600